

A AUTORIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Autora: Marina Passos Ribeiro da Silva; Coautora: Pâmela Suélli da Motta Esteves;
Orientador: Marcelo Gustavo Andrade de Souza (*in memoriam*)

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
posedu@puc-rio.br

Resumo: Este artigo é fruto da minha inserção enquanto bolsista de iniciação científica em pesquisas no âmbito do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura (GECEC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação de uma universidade do Rio de Janeiro, sob a orientação do professor Marcelo Andrade e a coorientação da professora Pâmela Esteves. A pesquisa foi desenvolvida junto a uma escola estadual de Ensino Médio, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Assim, com base no tratamento dos dados coletados através de entrevistas realizadas com 10 (dez) professores/as de Ensino Médio, passei a dedicar os meus estudos sobre a temática *autoridade docente*. A partir do roteiro de entrevistas elaborado e aplicado no projeto de pesquisa intitulado “Hannah Arendt e a educação: educar para o pensamento e contra a barbárie”, optei em analisar o tema da *autoridade*, uma vez que situações relacionadas à esta temática foram recorrentes entre as narrativas dos/as professores/as entrevistados/as e também se fez presente durante uma experiência de estágio supervisionado na disciplina de Práticas de Ensino em Matérias Pedagógicas, tornando-se assim, um campo de interesse/investigação. Dessa forma, este artigo tem como objetivo mais amplo contribuir para o projeto de pesquisa institucional do GECEC – “Hannah Arendt e a educação: educar para o pensamento e contra a barbárie”, compreendendo, a partir do discurso dos/as professores/as, como a autoridade se faz presente em suas práticas.

Palavras-chave: autoridade, professor, ensino médio, Hannah Arendt.

Introdução

Este artigo resulta da minha inserção enquanto bolsista de iniciação científica, entre os anos de 2014 e 2017, no âmbito do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Culturas (GECEC), sob a orientação do professor Marcelo Andrade. Embora o estudo aqui apresentado tenha partido da minha inserção no grupo de pesquisa, o interesse pelo tema *autoridade* teve início numa experiência de estágio supervisionado, previsto no currículo do curso de Pedagogia da universidade.

A experiência do estágio aconteceu na formação de professores em nível médio (magistério), em um colégio estadual, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, tendo início no mês de abril do ano de 2016, enquanto cursava a disciplina de Práticas de Ensino em Matérias Pedagógicas. A intenção inicial, além de cumprir as expectativas da disciplina – observação do contexto escolar, presença nas aulas de supervisão na universidade, entrega de relatórios e uma prova-aula na escola ao final da experiência –, era identificar situações de *bullying* entre os/as estudantes e, a partir dessas situações, desenvolver um trabalho junto ao grupo de pesquisa.

O interesse pelo tema *bullying* aconteceu no GECEC, após a leitura da tese de doutorado intitulada “*A Escola não é um lugar fácil... não mesmo!*”: *Bullying, não-reconhecimento da diferença e banalidade do mal*, da professora Dra. Pâmela Esteves, que coorienta este trabalho. No entanto, ao ingressar na escola não foram presenciadas situações de *bullying*, mas sim questões relacionadas à autoridade docente.

Cabe esclarecer alguns aspectos relevantes para a melhor compreensão de como se deu essa experiência. Durante dois meses e meio observei duas professoras, uma responsável pela disciplina de Didática e a outra pela disciplina de Sociologia da Educação. O estágio, de caráter curricular, exigia que a minha frequência na escola fosse de apenas dois dias por semana, cumprindo a carga horária de 5 (cinco) horas em cada dia. Minhas principais funções como estagiária eram observar e registrar as principais características do contexto escolar, as práticas pedagógicas adotadas por cada professora e a postura de cada uma frente a situações que cercavam a dinâmica escolar daquele contexto.

No mesmo semestre em que o estágio era realizado, algumas escolas da rede estadual de educação da cidade do Rio de Janeiro passavam por uma crise política que afetou a gestão, no que diz respeito ao repasse de recursos e pagamentos de salários. Diante disso, as escolas foram afetadas por greves constantes lideradas por professores, que reivindicavam melhorias nos salários e nas condições de trabalho. A escola onde o estágio acontecia era uma das poucas que ainda funcionava, contando apenas com os professores que resolveram não aderir à greve.

Nesse contexto, das duas professoras observadas, uma despertou a minha atenção e, em alguns momentos, a minha indignação. Era a professora de Didática, que além dessa disciplina acumulou mais 36 tempos de aula na tentativa de minimizar os efeitos da greve, que poderia atrasar o ensino dos conteúdos e prejudicar a aprendizagem dos/as alunos/as. Essa atitude, que parecia louvável, passou a causar preocupação, pois era nítido que o acúmulo exacerbado de trabalho impossibilitava que esta professora oferecesse o mínimo do que se espera de um ensino de qualidade para os/as alunos/as. A falta de planejamento das aulas e os conteúdos trabalhados de maneira exaustiva foram as questões mais evidentes durante as observações.

Já a professora responsável pela disciplina de Sociologia apresentava uma postura diferente. Seu calendário era organizado por blocos temáticos que estavam previstos para cada bimestre e procurava planejar as suas aulas de acordo com aquilo que estava proposto. Em seu caderno buscava registrar as presenças e ausências a

fim de controlar a frequência das turmas. Era uma professora aberta ao diálogo, preocupada com a vida dos/as alunos/as para além da escola – sentimentos, escolhas, futuro profissional, interesses etc, estabelecendo uma relação de proximidade com eles/as.

Era compreensível a situação de sobrecarga que professora de Didática estava vivenciando após tentar acumular tanto trabalho, no entanto, chamava atenção como certas ausências interferiam diretamente na sua relação com os/as alunos/as. Nesse contexto, sua autoridade parecia ficar invisível, já que a mesma não contemplava uma série de características que, em geral, os/as alunos/as reconheciam como fundamentais para uma efetiva atuação docente.

A experiência do estágio possibilitou a aproximação com o tema *autoridade*, sendo o ponto de partida e a fonte de inspiração para o aprofundamento dos estudos. No entanto, os dados apresentados neste artigo foram gerados no projeto de pesquisa “Hannah Arendt e a educação: educar para o pensamento e contra a barbárie” organizado e conduzido pelo GECEC. Assim, a escolha por analisar esses dados teve como propósito reforçar o meu maior envolvimento com as pesquisas desenvolvidas pelo grupo, consolidando a minha inserção enquanto bolsista de iniciação científica no mesmo.

Dessa forma, neste artigo serão apresentados mapas conceituais seguidos de breves exposições referentes às falas dos/as professores/as, a fim de elucidar a lógica das palavras que constituem os mapas. Essas falas foram organizadas em 7 (sete) categorias de autoridade, a saber:

- (i) autoridade como acolhimento;
- (ii) autoridade como competência;
- (iii) autoridade como exemplo;
- (iv) autoridade como justiça;
- (v) autoridade como limite/controle;
- (vi) autoridade como negociação;
- (vii) autoridade como tempo no mundo.

Assim, foram destacadas as ideias centrais das falas dos/as professores/as entrevistados/as sobre aquilo que eles/as entendem por autoridade. Após o destaque das ideias de um/a por um/a, foram reunidas as frases mais recorrentes de suas falas, sem necessariamente identificar o/a respondente. A partir disso, finalmente, busquei palavras-chave que pudessem formar os mapas conceituais referentes a cada categoria.

Metodologia

A metodologia utilizada para esta pesquisa consiste em quatro procedimentos, a saber:

1. Interpretação do conceito de *autoridade*, sob a perspectiva de Hannah Arendt.
2. Descrição da coleta de dados das entrevistas com 10 (dez) professores do Ensino Médio.
3. Descrição do processo de tratamento dos dados, realizado com auxílio do software Atlas T.I e utilizado na elaboração de diversas categorias, sendo uma delas, a autoridade.
4. A partir do tratamento das categorias, análise do depoimento dos professores.

Discussão

As entrevistas foram realizadas com 10 (dez) professores/as de uma escola pública estadual, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, atendendo em seu corpo discente alunos/as do Ensino Médio. O critério de escolha dos/as professores/as participantes da pesquisa foi abranger docentes de diferentes formações e disciplinas diversificadas, buscando atender suas disponibilidades de tempo. A maioria dos/as professores/as trabalha na instituição há mais de 5 (cinco) anos e possui ampla carga horária de trabalho na mesma.

Parte do roteiro das entrevistas foi estruturado com base em alguns conceitos da filósofa Hannah Arendt, referência principal utilizada no projeto de pesquisa “Hannah Arendt e a educação: educar para o pensamento e contra a barbárie”. Assim, o GECEC buscou descobrir no cotidiano da escola pesquisada, a partir das narrativas dos/as professores a relação entre: (i) autoridade e autoritarismo; (ii) autoridade e exemplaridade; (iii) crise da autoridade; (iv) estratégias de autoridade; (v) educação e autoridade.

Na sequência, foram realizadas as transcrições e as revisões das entrevistas. Dividido em pequenos grupos de trabalho, o GECEC analisou uma a uma e, a partir das interpretações possíveis, transformou as respostas em categorias analíticas, com o auxílio do software *Atlas TI*.

A seguir serão apresentados os mapas conceituais construídos a partir das falas dos/as professores/as entrevistados/as que geraram as 7 (sete) categorias de autoridade - *acolhimento; competência; exemplo; justiça; limite/controle; negociação; tempo no mundo*. Como já exposto, cada mapa virá seguido de breves exposições que visam contextualizar as palavras-chave apresentadas.

Resultados

I. Autoridade como Acolhimento



Nessa categoria o respeito é entendido, segundo a fala dos/as professores/as, como uma “via de mão dupla”, na qual o professor respeita para ser respeitado ou respeita e é respeitado. Dessa forma, a relação professor-aluno é nutrida com respeito, por meio de expressões de carinho e de eventuais brincadeiras, mas é o professor quem manda, ou seja, a relação mais próxima entre professor e aluno não retira do adulto a função de comando das atividades escolares.

A fala dos/as professores expressa a necessidade de olhar o aluno como ser humano, que também passa por problemas. E esse olhar só se torna possível através da interação com o aluno, na qual o professor conquista a sua confiança e o seu respeito. Nesse sentido, uma das expressões mais recorrentes entre as falas dos/as professores/as foi “ir ao encontro do aluno”, como um meio para melhor conhecer o seu aluno e ajuda-lo, caso seja necessário. Desta forma, a autoridade parece ter uma forte relação com o carisma dos/as professores/as, que se estabelece através do respeito, da atenção e do carinho, fortalecendo os laços entre os jovens e os adultos no cotidiano escolar.

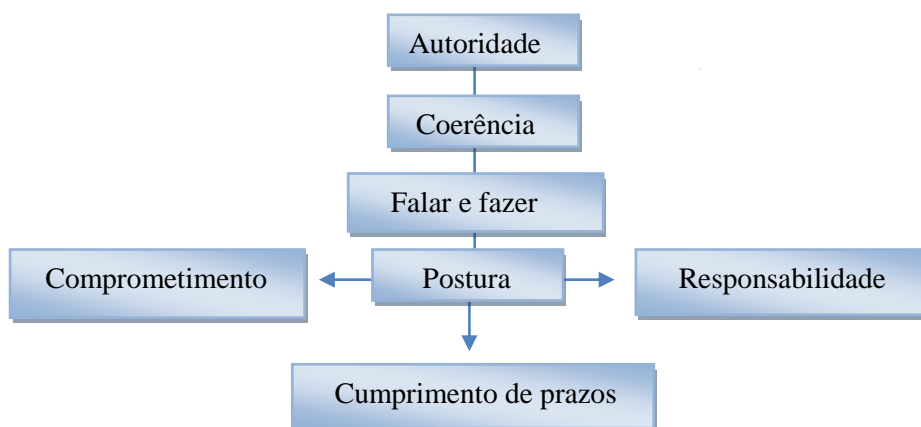
II. Autoridade como Competência



Segundos os relatos dos/as professores/as tão fundamental quanto o afeto é o domínio que os professores têm sobre o conteúdo a ser ensinado. Nesse sentido, os professores mais interessados e que se utilizam de diversas formas de ensinar também são respeitados. Além disso, os professores mais rígidos, que controlam o espaço da sala de aula de maneira organizada e sistemática são considerados os mais exemplares entre os alunos.

Para os/as entrevistados/as, os jovens preferem um professor que seja modelo não só no discurso, mas, sobretudo nas atitudes. Neste sentido, observam e demonstram insatisfação quando o professor falta, tem atrasos constantes, demonstra desordem com o seu material de trabalho e não tem uma aula preparada.

III. Autoridade como Exemplo

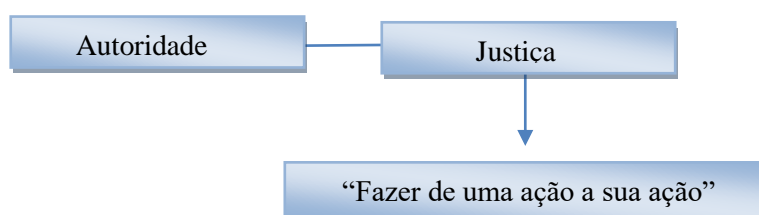


Segundos os/as professores/as os alunos tendem a respeitar menos o professor que não se compromete com as suas obrigações profissionais.

O professor que detém a autoridade, normalmente, é o professor responsável, que é pontual nas aulas e que cumpre prazos de correção e entrega de trabalhos e provas.

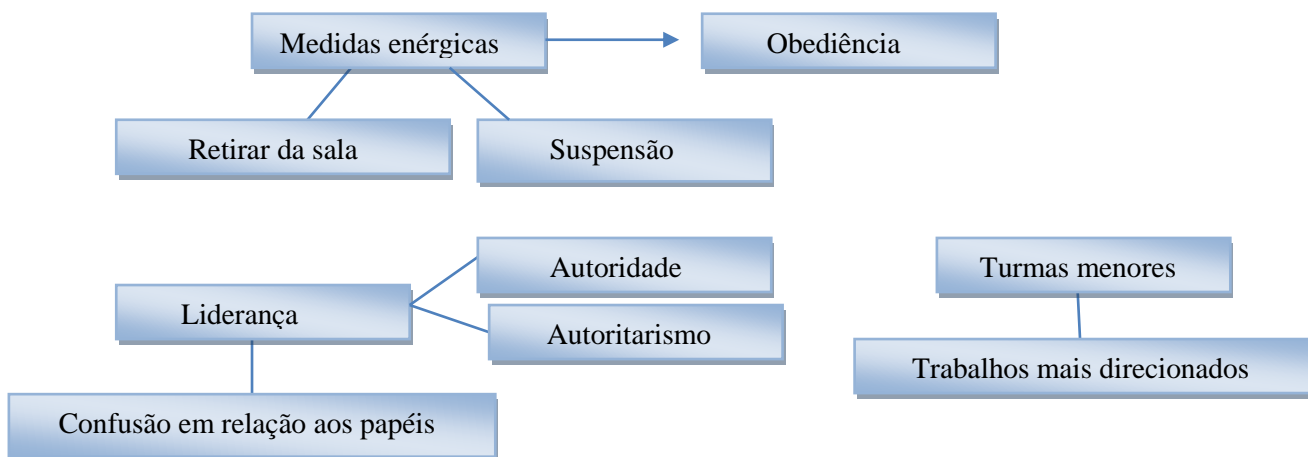
É fundamental que o professor aja de acordo com aquilo prega, pois, os jovens são observadores e querem coerência no que se diz e no que se faz. Dessa forma, falar e fazer são conceitos centrais desta categoria. O professor deveria, então, não apenas falar sobre o que é certo para orientar e corrigir as atitudes dos jovens, mas também fazer o que ele próprio defende em seu discurso como certo e justo.

IV. Autoridade como Justiça



De acordo com os/as professores/as, se o professor não faz de uma ação a sua ação não pode cobrá-la dos alunos. Nesse sentido, autoridade está fortemente associada à justiça. A autoridade como justiça só acontece se o exemplo do professor for educativo e corresponde ao que o grupo social entende como certo, como aquilo que deve ser feito. Ou seja, mais do que conceituar um ato justo, os professores devem promover ações justas, através de atos concretos que demonstrem o seu senso de justiça, de correção e de princípios do que é certo e errado.

V. Autoridade como Limite/Controle

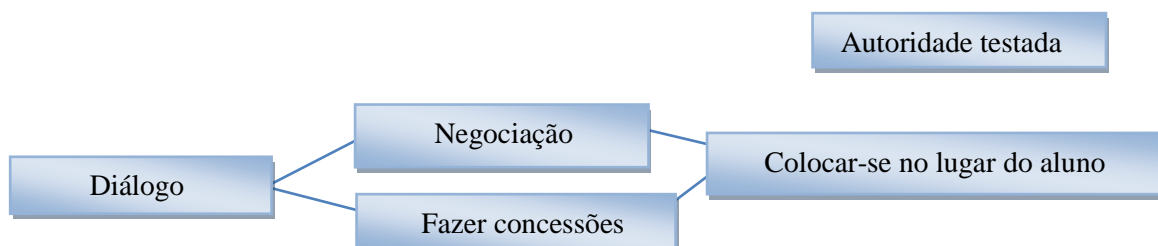


Segundo as entrevistas, para o bom exercício da docência é necessária uma liderança. Para ser professor é preciso liderar. No entanto, segundo as falas dos/as entrevistados/as, atualmente, existe uma confusão entre os papéis – liderar (visto como algo positivo e próprio da autoridade legítima) e imposição de vontade (visto como algo negativo e fruto do autoritarismo).

Os/as entrevistados/as reconhecem que medidas mais enérgicas geram a maior obediência dos alunos, mas se questionam a que preço isso ocorre e que resultados podem resultar. A autoridade máxima, se mal utilizada, não cria limite e controle no bom sentido, mas medo nos jovens, que tendem a se rebelar ainda mais nessas situações.

Os/as professores/as da escola pesquisada, em geral, são exigentes com o respeito e, em alguns casos, retiram os alunos da sala de aula ou os suspendem se este respeito for rompido. Também expressam que em turmas menores é possível desenvolver um trabalho mais direcionado no que diz respeito ao limite e controle da turma.

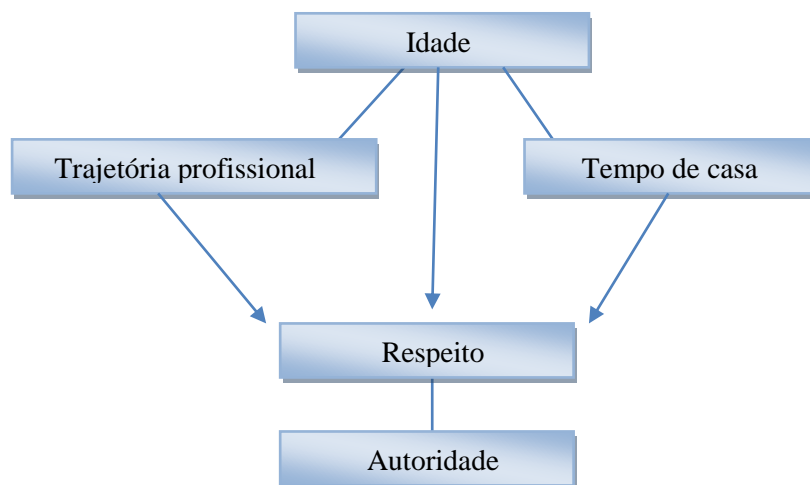
VI. Autoridade como Negociação



Segundo os depoimentos, os jovens tendem, primeiro, a testar a autoridade do adulto, para constatar se ela existe de fato. O teste funcionaria como uma forma de perceber se o professor tem ou não a capacidade de exercer a sua autoridade como adulto. Assim, o professor exige do aluno determinado comportamento, mas também tem as suas atitudes vigiadas pelos alunos. Trata-se, portanto, de uma relação entre jovens e adultos e não de uma mera imposição do adulto sobre o grupo de estudantes.

Nesse sentido, é importante estabelecer o diálogo com os alunos, negocia e fazer concessões, quando necessário. Além disso, o exercício de transporta-se para o lugar do aluno também é de extrema importância, pois assim, o professor consegue refletir se na idade deste aluno o próprio professor aceitaria a autoridade que está sendo posta.

VII. Autoridade como Tempo no mundo



Segundo os/as professores/as, a idade, a trajetória, a experiência profissional e o tempo de casa na instituição escolar são fatores que influenciam diretamente no respeito que os alunos e os demais colegas de trabalho tem pelo/a professor/a, consolidando a sua autoridade. Assim, o “tempo” tem muita relação com autoridade, mas traz possibilidades e não garantias. Pois, um professor antigo na profissão e na escola deverá contemplar também as demais categorias já assinaladas – acolhimento, competência, exemplo, justiça, controle e negociação.

Conclusões

Conforme o exposto, este artigo é fruto da minha inserção enquanto bolsista de iniciação científica em pesquisas no âmbito do Grupo de Estudos sobre Cotidiano, Educação e Cultura (GECEC) e teve como objetivo mais amplo contribuir para o projeto de pesquisa institucional do GECEC – “Hannah Arendt e a educação: educar para o pensamento e contra a barbárie”, compreendendo, a partir do discurso dos/as professores/as, como a autoridade se faz presente em suas práticas.

Além disso, as primeiras aproximações com a temática *autoridade* e a análise das falas dos/as professores/as entrevistados/as no projeto de pesquisa do grupo deram mais sentido às práticas observadas durante a experiência de estágio na escola de ensino médio normal (magistério) e serviram como fonte de inspiração para futuros estudos que pretendo aprofundar no mestrado.

Assim, nesta aproximação inicial, a principal conclusão encontrada a partir do depoimento dos/as professores/as é, sem dúvida, a complexidade do conceito de autoridade. Ainda que o conceito apresente diferentes perspectivas, organizadas em sete categorias, podemos afirmar que essas categorias não são

contraditórias, opostas ou divergentes, mas sim complementares entre si.

Referências

ARENDR, Hannah. O que é autoridade?. In: **Entre o passado e o futuro** São Paulo: Editora Perspectiva, 1997a, p. 127-187

ARENDR, H. A crise da educação. In: **Entre o passado e o futuro** São Paulo: Editora Perspectiva, 1997b, p. 221-247

ZUCCO, Jucilaine. **A ideia de autoridade na educação: uma perspectiva arendtiana.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008